



OBSTÁCULOS PARA UM ENSINO LAICO NO BRASIL: ANÁLISE PRELIMINAR À LUZ DA ONTOMETODOLOGIA MARXIANA-LUKACSIANA

Antonio Nascimento da Silva

Secretaria Municipal de Educação – SME; Capistrano-CE, Brasil;
antonio.nas.silva@gmail.com

Derivaldo Santos

Universidade Estadual do Ceará – UECE/FECLESC; Quixadá-CE, Brasil;
derivaldo.santos@uece.br

Resumo

A presente pesquisa discute a impossibilidade de um ensino laico no Brasil, sendo relevante a maneira em que contribui para aclarar o complexo da educação e sua relação com a religião, tendo como problema central a contraditória existência de um ensino religioso predominantemente cristão dentro de um Estado constitucionalmente laico. Assim, temos como objetivo principal analisar historicamente os processos que favorecem a manutenção da relação entre Estado e religião, e, por conseguinte, entre religião e ensino. De caráter teórico-bibliográfico, nossa investigação fundamenta-se no onto-método marxiano-lukacsiano, procurando tomar o objeto em um contexto amplo, tomando o concreto como síntese de múltiplas determinações e as categorias como determinações da realidade. Mediante tais pressupostos, concluímos preliminarmente que, para o Brasil de fato ter um ensino/educação laica, necessita antes emancipar-se politicamente, colando a religião no campo do direito privado. Todavia, para tanto, há que antes alcançar um nível de desenvolvimento do capitalismo tal como aquele no qual chagaram os países do centro do capital. Por seu turno, dado as próprias características do atual modo de produção, extremamente concorrencial, que tende a concentrar cada vez mais riquezas onde já se desfruta fartamente destas, aos países da periferia do grande capital sempre lhes serão impostos a condição de subalternos na lógica do capital global. O que nos leva a afirmar a impossibilidade de uma emancipação política, e, portando de um ensino/educação autenticamente laica, elevando a luta por uma educação/ensino laico do terreno da política para o campo revolucionário da superação do próprio capitalismo.

Palavras-chave: Educação. Marxismo. Laicidade. Estado.

1 Introdução

Em meio a uma crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) como jamais se viu, a religião é vista sempre mais como portadora de uma explicação para o caos social sobretudo nos países mais miseráveis do planeta. Isto explica, a princípio, a força e vigor que este complexo social ainda dispõe nos dias atuais, ao mesmo tempo em que denuncia uma realidade social cada vez mais problemática para a classe trabalhadora. O estágio irreversível ao qual chega o modo de produção capitalista traz consigo drásticas consequências em escala global,



nas mais diversas esferas da sociedade, forçando o reflexo religioso a dar uma resposta plausível à barbárie instaurada.

É justamente por essa crescente busca pela religião nas condições já apontadas e consequentemente a busca de soluções para problemas de ordem materiais, reais, dentro desse complexo social, que se torna por deveras oportuno e necessário que se analise com rigor a aproximação entre Estado e religião. Na presente pesquisa nos debruçamos sobre o contexto brasileiro, sem perder de vista a dialética universal-particular-singular.

Consideramos relevante averiguar a interferência da religião na educação pública escolar, que no contexto brasileiro é tido como de grande importância inclusive para sanar problemas morais de um país taxado como amoral e antiético. Dessa forma, nas linhas seguintes nos contraporemos ao modelo de ensino religioso dominante, via principal de contato do complexo religioso com a educação escolar, bem como à educação vigente bancada por Estado burguês a serviço do capital.

Nossa análise pauta-se teórico-metodologicamente no materialismo histórico-dialético e em sua recuperação ontológica feita por Lukács (1982). Tal abordagem implica que consideraremos nosso objeto imerso numa totalidade de relações sociais. Assim, nos movimentaremos na análise do geral para o específico e desse para aquele.

De acordo como formos expondo a argumentação, ficará evidente que não se trata de um dever ser ancorado em um julgamento moral da relação entre Estado, religião e educação. Pelo contrário, trata-se mais de uma reivindicação no âmbito da própria política – mas que a extrapola, como mostraremos. Ou seja, nossa crítica do modelo atual de ensino arraigado de traços religiosos, crítica esta que acentua nossa concepção laica, a princípio não passa de uma exigência política para a devida separação entre Estado e religião, como requisitos de uma emancipação política, o que, no contexto atual, favoreceria – resguardadas as contradições – inclusive, a uma melhor performance das relações capitalistas. Contudo, dado as condições históricas atuais, a crise sem precedentes pela qual passa o sistema do capital, nossa reivindicação por um ensino laico ganha novos rumos, se fazendo revolucionária, no sentido marxista do termo.



Evidentemente que não estamos a fazer uma defesa da via política, e muito menos que a tenhamos como um fim. Como fica patente em virtude de nossa base teórica, defendemos radicalmente a superação do modo capitalista de produção, a superação da exploração do homem pelo homem, precisamente como nos clássicos do marxismo, e isto sabemos, está para além de reformas no âmbito político. Já está demonstrado que a saída para a superação do capital não se realizará pela via política partidária. Aqueles defendem o contrário amparam-se numa ilusão de que o capitalismo pode ser melhorado. É necessário lembrar a estes(as) senhores(as) que um sistema que por sua própria constituição aniquila o pressuposto mais básico da ética humanista, não poderá jamais ser humanizado.

É claro também que não negamos por isso, a importância da política como instrumento, como meio pelo qual se pode dirimir conflitos. É apenas nesse sentido que valorizamos os avanços políticos e a separação entre Estado e religião.

2 Condições iniciais para concepção de uma educação escolar laica.

O ponto de partida diz respeito a condição econômica do Brasil atrelada a sua colonização. Qualquer proposta séria de educação escolar laica não pode deixar de levar em conta o aspecto econômico geral do país. Consideremos o problema a partir desses elementos.

Marx (2010b, p. 41) em *Sobre a questão judaica*, faz a seguinte observação “o homem se emancipa politicamente da religião, banindo-a do direito público para o direito privado”. Ora, com a revolução burguesa e a consequente superação do Antigo Regime pelo modo de produção capitalista, ocorre também em decorrência da própria lógica desse sistema, a valorização da propriedade privada. A grande exigência feita a esfera jurídica é que esta garanta na letra da lei o direito à propriedade. Sendo esse direito um elemento importante que possibilita a reprodução do modo de sociabilidade burguesa, é tendência que todas as esferas da sociedade sejam tratadas pela mesma lógica.

Quanto maior for o desenvolvimento alcançado pelo modo de produção capitalista em um determinado país, mais as questões da sociedade são tratadas a partir da lógica da propriedade individual, a resolução das questões nesse âmbito desenvolve-se em proporção



igual ao desenvolvimento do capitalismo, observando-se assim as contradições inerentes a qualquer processo histórico. O desenvolvimento político, por seu turno, se dá nessa mesma lógica e, a medida que se processa o homem se torna dentro desse modelo de sociedade, politicamente emancipado. Importante esclarecer que estamos, desse modo, fazendo uma abstração do processo real, que é essencialmente contraditório.

Tais processos, todavia, desenrolam-se mediante uma série de determinações naturais e histórico-sociais, daí a importante observação de Tonet (2012), de que uma proposta de educação que aponte para além da sociabilidade burguesa, deve certamente considerar aspectos gerais que se aplicam a todos os países, contudo, é igualmente necessário e importante que se considere as condições particulares do Brasil, sob o risco de movimentar-se em um esforço espelhado em condições históricas e possibilidades bastante adversas, incapacitando por isso que se logre êxito.

As grandes potências econômicas mundiais, por meio de um paulatino e contraditório processo histórico (criminoso até), alcançaram um grau de desenvolvimento das relações de produção que, por seu turno, possibilitaram avanços nunca alcançados em outros países, como os chamados de terceiro mundo. Tais conquistas espalham-se por diversos setores, inclusive na educação e política. Conquistou-se nesses países o que entende por cidadania burguesa, com universalização da educação em um padrão que dentro dessa sociabilidade representa certo grau de qualidade. Esse progresso obtido se dá em paralelo, mas ao mesmo tempo pela via política.

A emancipação política da humanidade em um certo país depende, portanto, dentre outras coisas, de um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo neste país, tendo como pressuposto a própria emancipação política do Estado. Como afirma Marx (2010b, p. 41), “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”.

Esta emancipação como já sinalizamos, e como o próprio Marx (2010b) afirma, tem inúmeros pontos positivos para um país nas mais variadas esferas, de modo que não podem ser de forma alguma ignorados ou negados – É desnecessário frisar que, como fica evidente nas



palavras de Marx (2010b), esses avanços não significam emancipação humana. Destarte, estes apenas se dão em acordo com as exigências de uma revolução burguesa plenamente consumada. Como indicamos, esses avanços sinalizam que, cada vez mais, complexos sociais são passados à alçada do direito privado, especificamente a religião.

Como dissemos, são vários os elementos históricos concretos que possibilitaram os países hoje de centro do capital, a atingirem tal grau de desenvolvimento econômico, político, e em decorrência a cidadania requerida a este nível. Foge a nossa competência tratar em detalhes de tais elementos, contudo, ao menos um salta a vista, ou seja, o fato desses países terem sido grandes colonizadores que saquearam uma imensa riqueza natural pelo mundo, concentrando-a na sua economia nacional. Sobre esse tema, Marx (1996, p. 370). afirma que,

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Estes são fatos históricos que nenhuma pesquisa que se pretenda minimamente séria pode negar. É sobre essa acumulação primitiva que se ergueram o que hoje são as grandes potências econômicas – respeitando-se o movimento contraditório da própria história –, onde o desenvolvimento das relações capitalistas atingiu seu limite oferecendo o que podia melhor oferecer. Contudo, do outro lado desse processo de acumulação primitiva, estão tantos outros países que foram vitimados, que estiveram em relação de subordinação aos colonizadores, e, não realizaram aquela acumulação que lhes dariam a possibilidade de se tornarem, do ponto de vista econômico, países plenamente desenvolvidos.

3 O problema no contexto brasileiro

Deslocando-se um pouco dessas considerações mais gerais, situamos o Brasil dentro desse outro lado da acumulação primitiva. Nosso país esteve historicamente em desvantagem com relação ao centro econômico atual, não tendo disposto ao longo da história das condições com as quais contaram aqueles países. De outro modo, não houve aqui a acumulação primitiva da qual fala Marx (1996), ao contrário, somos vítimas históricas daquela.



Estando o Brasil em tal posição, não pôde, pelas circunstâncias históricas, alcançar o patamar de desenvolvimento econômico que os países do centro capitalista alcançaram. Desta forma, uma barreira histórica impediu – e de certa forma continua impedindo – que aqui se atingisse um grau de desenvolvimento econômico, uma verdadeira revolução burguesa que possibilitaria um avanço político e a conquista da dita cidadania burguesa dentro da sociabilidade burguesa. Com esse grau de desenvolvimento, seria possível ainda a emancipação política de que fala Marx (2010b) e a atuação cada vez mais dominante do direito privado, estando assim postas as possibilidades e exigências reais para uma separação do Estado em relação à religião. Sobre este debate, como esclarece Tonet (2012, p. 39):

[...] há grande diferença entre os países ricos e os países pobres. Aqueles alcançaram o patamar mais elevado da sociabilidade capitalista. São aqueles que realizaram plenamente a revolução burguesa. Estes – os países pobres – se viram impedidos, por uma série de circunstâncias – internas e externas – e até pelas suas relações de dependência e subordinação aos países ricos, de realizar as transformações que caracterizam essa revolução.

Fica claro que o filósofo brasileiro não está discutindo especificamente a problemática da relação Estado-religião, seu debate é em torno da educação. Todavia, as mesmas condições materiais apontadas pelo autor que impedem a educação de atingir seu máximo desenvolvimento no capitalismo, têm relação íntima e direta com o tema por nós abordados.

O que Tonet (2012) coloca é aquilo que já sinalizamos linhas antes, ou seja, que o Brasil encontra obstáculos históricos para realização da plena revolução burguesa, da plena emancipação política e suas consequências nas diversas esferas da sociedade. Seguindo no mesmo raciocínio, este autor alerta para o problemático pressuposto sustentado por alguns que entendem ser ainda possível que o Brasil realiza tal revolução. Afirma Tonet (2012, p. 40):

[...] O Brasil é um país cuja formação se deu, sempre, sob a égide da dependência e da subordinação a nações mais desenvolvidas. Processo extremamente complexo, responsável pelo atraso e pelas deformações que ele tem sofrido em todos os aspectos. Em particular, a produção da riqueza tem, aqui, uma característica toda peculiar. Ela é o resultado não apenas da exploração do trabalho, como nos países desenvolvidos, mas da superexploração. Vale dizer, há aqui uma dupla exploração. O trabalhador brasileiro trabalha não só para enriquecer a burguesia brasileira como também a burguesia internacional.



O autor argumenta ainda que – mediante esta análise de aspectos históricos importantes –, por aqui nunca houve de fato uma revolução burguesa, tendo sido as alterações ocorridas nessa forma de sociabilidade ao longo da história deste país, nada mais que acordos entre classes dominantes.

Até aqui parece estar claro que o Brasil não teve condições históricas para se desenvolver economicamente, ou, em outras palavras, para levar a cabo sua revolução burguesa plena e os atributos desta decorrente. Contudo, emerge a pergunta sobre a possibilidade desta se realizar no futuro. Tal questionamento, antes de qualquer coisa, e de modo geral, parte do seguinte pressuposto ideológico que, em certa medida, é ingênuo sobre a dinâmica do capital: compreender que o modelo de produção vigente é o melhor que a humanidade pode atingir, e que aos problemas que são constatados, resta adotar medidas reformadoras, para assim melhorar ainda mais o capitalismo.

Todavia, a crise pela qual passa a sociabilidade burguesa é de caráter estrutural (Mészáros, 2011). Não podemos aqui traçar maiores considerações sobre a crise estrutural do capital, basta-nos apenas levar em conta que esta dificulta ainda mais qualquer tentativa, principalmente nos países da periferia do capital, da realização de uma revolução burguesa. Como explica Tonet (2012, p. 41):

É difícil acreditar que aquelas tarefas possam ser realizadas agora, quando a crise atinge o capital em suas estruturas mais profundas e quando os próprios países desenvolvidos estão mergulhados nela. A extrema e veloz concentração do capital e o acirramento da competição internacional indicam que não há mais lugar, no clube dos países ricos, para os países pobres [...] Deste modo, a realização da revolução burguesa, em qualquer país periférico, é praticamente uma impossibilidade.

Temos então que, por elementos históricos aqui já pontuados e pela condição atual do modo de produção capitalista, em sua crise estrutural e incontrollável, ao Brasil – país de periferia do capital – torna-se irrealizável aquela revolução burguesa e consequente aprimoramento dessa sociabilidade, limitando assim, que se atinja uma emancipação política burguesa por esta via, sua típica cidadania. Ora, como temos assinalado, sem esses avanços, impossibilita-se também uma separação real entre Estado e religião. Eis o caso do Brasil.



Como é conhecido, há vários elementos que sinalizam para a clara relação do Estado brasileiro com a religião, destacadamente o cristianismo, como por exemplo o Decreto 7.107/10 que promulga acordo entre a União e a Santa Sé, firmando entre outras coisas o compromisso em dispor um ensino religioso destacadamente cristão (BRASIL, 2010).

Estando nosso país posicionado nesse contexto, temos um impedimento histórico para a consolidação de um ensino verdadeiramente laico. Entretanto, cabe ainda analisar outro aspecto do problema. Se a relação entre o Estado brasileiro e a religião é – como procuramos demonstrar partindo de Marx e Tonet – um produto de processos históricos, estes que impediram e impedem uma emancipação política, é bem verdade também que a religião, por sua própria essência, tem sua parcela de negatividade nas relações sociais atuais.

Partimos do pressuposto marxiano-lukacsiano que se confirma no cotidiano, de que a religião – como outros tantos complexos sociais –, está em uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa com o trabalho. Isto nos diz que a religião depende em última instância da forma como se organiza a produção de uma sociedade, mas tem ainda assim uma certa autonomia com relação a esta, e a influencia também. Tem, portanto, sua legalidade própria, o trabalho é sua gênese mas jamais o esgota. O que estamos afirmando é que tendo a religião sua legalidade própria, ela pode se constituir como obstáculo inclusive para o desenvolvimento das forças produtivas, todavia, não podemos tê-la como a causa mecânica dos problemas sociais. Se assim a entendêssemos, estaríamos negando Marx, e, o que é pior, estaríamos em contradição com o movimento do real. Por isso Marx (2010b, p. 38) afirma que, “[...] Para nós, a religião não é mais a razão, mas apenas o fenômeno da limitação mundana”.

Desse modo, além de ser expressão, uma consciência invertida de uma realidade igualmente ao avesso, como pontua Marx (2010a), a religião, bem como a relação desta com o Estado brasileiro, contraditório ao discurso benfeitor que apregoam, têm contribuído para reprodução de uma sociabilidade que valoriza as coisas em detrimento do ser humano.

Sendo a religião uma potencial aglutinadora das massas, e, o Estado o administrador dos interesses minoritários burgueses, torna-se a religião uma via oportuna para o Estado propagar sua ideologia. Vale reforçar que tal associação – Estado e religião –, uma vez que favorece aos



ditames da ordem burguesa, e o faz, sobretudo pelas características próprias do pensamento religioso, refletido nas instituições religiosas em geral, qual seja, o caráter essencialmente não crítico da religião, se coloca em oposição a massa trabalhadora, aquela maioria que, inclusive, nos termos atuais, financia a religião. Nesta relação, portanto, perde a classe trabalhadora e ganha o Estado e por extensão os empresários, cada vez mais se lançando na desesperada tentativa de salvar o capitalismo.

A gênese do complexo religioso surge precisamente no ponto onde pelo baixo nível intelectual da humanidade – ou seja, incapaz de conhecer a natureza –, o sujeito humano pressupõe forças imateriais que regem o mundo (LUKÁCS, 1982). De lá até o presente, a religião em geral continua necessitando desse espaço “cego” de manobra para poder se firmar, ou seja, se ergue precisamente nos pontos onde o ser social ainda desconhece o movimento da realidade concreta. É nesse desconhecido que reina os deuses. Não obstante, durante o largo processo de desenvolvimento do complexo religioso, este revestiu-se de formas sofisticadas e peculiares a cada momento histórico, mas não pôde se desfazer do caráter dogmático e não crítico exigidos desde os primórdios para sustentar suas afirmações de base antropomórficas sobre o meio circundante da humanidade.

A relação entre a religião – especificamente o cristianismo – e o Estado brasileiro, tem sido desde o início um atraso para a classe trabalhadora. Para perceber isto, basta observarmos a história e teremos índios, negros, e todo o conjunto da classe trabalhadora que historicamente tem produzido para manter o conforto da burguesia brasileira. Desse modo, a classe trabalhadora é “duplamente explorada”, pois recebe as migalhas de um Estado que apenas administra os interesses dos capitalistas, mas que se sente docemente confortada, via aparato religioso, pelas promessas de um paraíso além-morte¹.

Além desse ponto, a relação entre Estado e religião sempre se dá de forma unilateral, ou seja, tendencialmente vem a favorecer um ou outro grupo, e no âmbito da totalidade, a defesa

¹Vale lembrar que esse processo não está isento de contradições, podemos citar como uma dessas o movimento chamado de Teologia da libertação. Porém, as exceções apenas confirmam a regra geral.



incondicional da classe detentora dos meios de produção. Historicamente, dentro do próprio cristianismo, o alto clero tem sido o grupo que mais se beneficiou dessa relação, das regalias que dela conseguia. Destarte, essa relação beneficia apenas uma denominação maior, qual seja, aqui no Brasil, o cristianismo. Dessa forma, tal relação entre Estado e religião é essencialmente excludente, pois, se por natureza o religioso de uma determinada crença tende a tomar as crenças dos outros como um erro, um engano, uma vez que são amparados pelo Estado, cancelados por este, potencializam a discriminação das demais manifestações religiosas². Tal conjunto de coisas se reproduzem nas mais variadas esferas da sociedade.

4. Conclusões preliminares

Antes de prosseguirmos, vale destacar que não pretendemos encerrar o debate sobre as limitações que impedem o Brasil de ter um autêntico ensino laico, pelo contrário, nossa intenção é apenas contribuir para tal debate. Objetivamos, com efeito, aclarar algumas contradições por nós já apontadas, como por exemplo, a existência de um Estado constitucionalmente laico que garante um ensino religioso predominantemente cristão-católico, que faz acordos com a Santa Sé, que tem uma bancada evangélica na Câmara Federal, bem como no Senado Federal que, por força político-legislativa, aprovam ou desaprovam leis – que repercutem diretamente na vida dos indivíduos de modo geral. Pior, os deputados e senadores legislam com base em convicções religiosas particulares, *i. e.*, tendo por base suas crenças, sua fé, portanto, de forma irracional. O inverso, para um estado que se diz laico, convenhamos, é o que deveria ser politicamente padronizado.

Como sinalizamos desde o início, nosso objetivo foi analisar, no contexto brasileiro, algumas das principais dificuldades de se implementar um ensino laico. Trilhando esse caminho, demonstramos a princípio que a possibilidade de um Estado laico está diretamente ligada à uma determinada emancipação político-estatal, que, por sua vez, pressupõe condições econômico-materiais concretas para garantir tal emancipação política do Estado.

2 Candomblé, Umbanda, Kardecismo, etc.



É necessário que o Estado alcance determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, do modo de produção capitalista, para só então, através de várias mediações, consiga por sua vez, realizar a emancipação política. Nesse contexto, apontamos a primeira barreira imposta ao Brasil: ter sido uma vítima histórica do processo de acumulação primitiva do capital. Enquanto determinados países saqueavam riquezas para fundar sua base econômica, o Brasil era saqueado. Essa condição histórica impediu no passado, impede no presente e possivelmente será o maior obstáculo no futuro para que o Brasil alcance o grau de desenvolvimento do capital suficiente para emancipar-se politicamente. Isso decorre, como temos demonstrado, do caráter cada vez mais concorrencial do capital global, onde as grandes multinacionais cada vez mais englobam as pequenas e médias empresas, e, de modo semelhante, os países de centro do grande capital sempre impõem relações econômicas que tornam os países da periferia do capital sempre mais dependentes daqueles primeiros.

Sem essa condição econômica inicial não há possibilidade plausível de emancipação política no preciso sentido que temos exposto. Exatamente a emancipação política que levaria a religião do direito público sempre mais para o campo do direito privado, possibilitando a emancipação do indivíduo com relação à religião, bem como a emancipação do Estado perante esta. Disto resulta que, no contexto brasileiro, mediante a análise aqui apresentada, é praticamente impossível um Estado verdadeiramente laico, *i. e.*, que tenha se emancipado politicamente alcançando o mais alto grau possível de desenvolvimento do capitalismo.

Posto isso, fica claro que a luta pelo ensino/educação autenticamente laico está para além de uma reivindicação meramente política, pois dado o cenário exposto, apenas com a superação do modo de produção capitalista seria possível para o Brasil – e nesse caso também mundialmente – não só a emancipação política-estatal, mas principalmente a emancipação humana.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto no 7.107: Promulgado em 11 de Fevereiro de 2010. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2010. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto_D7107.htm>. Acessado em: 29 Jul. 2014.

LUKÁCS, Georg. Estetica I: la peculiaridad de lo estetico. Bracelona: Crijalbo, 1982.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro primeiro. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2a edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. 2a ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.